

**Prefeitura Municipal de Ananindeua**  
**Controladoria Geral**

---

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**

**REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2023/GP/PMA**

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou o **CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 006/2023/GP/PMA**, assinado na data do dia **26 de julho de 2023**, que entre si celebram o Gabinete do Prefeito Municipal de Ananindeua, e a empresa **DISTRIBUIDORA LUCAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ Nº 04.662.034/0001-00**, tendo por objeto **“AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE”**, no valor de **R\$ 46.024,34 (Quarenta e seis mil, vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos)**, o prazo de **vigência contratual é de 12 (doze) meses a contar da data do dia 26 de julho de 2023**. Com base, nas regras insculpada pela(s) Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda que o presente Contrato **encontra-se**:

( **X** ) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s). **“Não atende as exigências do Art. 2º da Resolução Administrativa n.º 043/2017/TCM-PA, de 19 de dezembro de 2017 do Tribunal de Contas dos Municípios – Pará”. Art. 6º. (...), II – na fase de resultado, até 30 dias após a assinatura do contrato, termo aditivo ou instrumentos congêneres e artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.**

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Contrato supracitado se encontra parcialmente em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução do referido contrato, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Desta forma ante o exposto, se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, ato exclusivo da administração, submetemos o presente à consideração e ou deliberação superior do Ordenador de Despesa para serem adotadas as demais providências legais.

Ananindeua-PA, 14 de novembro de 2023.